

SUBSECRETARIA DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS

EDITAL CVL/SUBSC Nº 46 DE 08 DE FEVEREIRO DE 2019.

O **SUBSECRETÁRIO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor e, tendo em vista a autorização constante do processo 09/003.678/2018 e, em conformidade com o disposto na Resolução SMA Nº 1975, de 19 de outubro de 2015, torna público o **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO** do **Concurso Público para provimento de cargos de Enfermeiro, Técnico de Enfermagem e Auxiliar de Enfermagem** do Quadro Permanente de Pessoal do Município do Rio de Janeiro, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

I. ENFERMEIRO

LÍNGUA PORTUGUESA

1. Compreensão e interpretação de texto contemporâneo. 1.1 Gêneros e modos de organização dos textos. 1.2 Localização de informações explícitas e implícitas no texto. 1.3 Significado de vocábulos e expressões no contexto. 2. Ortografia oficial – segundo o atual acordo ortográfico. 2.1 Acentuação gráfica. 2.2 Emprego de letras. 2.3 Emprego do hífen. 3. Formação de palavras. 3.1 Valor semântico de radicais, prefixos e sufixos. 3.2 Neologismos e estrangeirismos. 4. Uso e função das diferentes classes gramaticais. 4.1 Artigos e substantivos. 4.2 Pronomes: emprego e colocação. 4.3 Adjetivos e locuções adjetivas. 4.4 Advérbios e locuções e adverbais. 4.5. Preposições. 4.6 Conjunções. 5. Emprego dos verbos. 5.1 Flexão verbal. 5.2 Tempos, modos e vozes verbais. 5.3 Locuções verbais, tempos compostos e formas nominais do verbo. 5.2 Correlação entre tempos verbais. 5.3 Concordância verbal. 6. Flexão e concordância nominal. 7. Regência nominal e verbal. 7.1 Crase. 8. Relações de sentido entre orações e segmentos de texto. 8.1 Conectores que conferem coesão e coerência ao texto. 9. Emprego dos sinais de pontuação. 10. Denotação e conotação. 10.1 Uso e valor das figuras de

linguagem. 11. Adequação da língua ao contexto de uso. 11.1 Redação oficial. 11.2 Reescrita de frases. 11.3 Variação linguística. 12. Discursos direto e indireto.

REFERÊNCIAS:

AZEREDO, José Carlos. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. 2.ed. São Paulo: Publifolha, 2014. 5 reimp. da 3 ed. de 2010.

BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

CUNHA, Celso e Lindley Cintra, L. F. Nova Gramática do Português Contemporâneo. 7. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2017.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010.

GARCIA, Othon M. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

HOUAISS, Antônio e VILAR, Mauro de Salles. Dicionário Houaiss da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Manual de Redação Oficial da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. 2008. Disponível em http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/185333/DLFE-193326.pdf/RH_manual_redacao_oficial_2009.pdf (acesso em 07. Fev. 2019)

LEGISLAÇÃO DO SUS

1. Legislação. 2. Objetivos 3. Diretrizes 4. Participação da Comunidade e Controle Social 5. Atribuições dos três níveis de governo. 6. Ações específicas da Atenção Básica 7. Organização da Estratégia de Saúde da Família 8. Políticas intersetoriais.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Constituição da República Federativa Brasileira de 1988. Título VIII: Da Ordem Social. Capítulo II: Da Seguridade Social. Seção II – Da Saúde.

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o financiamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde – SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000. Altera os arts. 34, 35, 156, 160, 167 e 198 da Constituição Federal e acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para assegurar os recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde.

BRASIL. PORTARIA nº 399/GM de 22 de fevereiro de 2006. Divulga o Pacto pela Saúde 2006 – Consolidação do SUS e aprova as Diretrizes Operacionais do Referido Pacto.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. Departamento de Apoio à Descentralização. Diretrizes operacionais dos Pactos pela Vida, em Defesa do SUS e de Gestão.

BRASIL DEC 7.508/2011 Regulamenta a Lei nº 8.080 para dispor sobre a organização do sistema único de saúde, o planejamento de saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa e dá outras providências.

BRASIL PORTARIA Nº 2.436, de 21 de setembro de 2017 Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. (Série E. Legislação em Saúde)

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

1. Cuidado de Enfermagem ao cliente com distúrbios clínicos e cirúrgicos. 2. Cuidado de Enfermagem ao cliente crítico e em situações de emergência. 3. Procedimentos e Técnicas de Enfermagem. 4. Segurança e Saúde no Trabalho. 5. Enfermagem na Saúde da Mulher: assistência de enfermagem à mulher na saúde reprodutiva, no ciclo gravídico-puerperal e climatério, nos distúrbios ginecológicos. 6. Enfermagem na Saúde

da Criança e do Neonato: ações preventivas, de promoção de assistência à saúde. 7. Programas Nacionais de Saúde: políticas e diretrizes de atenção à saúde; atuação do Enfermeiro nas práticas de atenção à saúde da mulher, da criança, do adolescente, do homem e do idoso; na prevenção, no controle e tratamento das doenças sexualmente transmissíveis, das doenças transmissíveis, das doenças não transmissíveis e das doenças crônico-degenerativas; atuação do enfermeiro no planejamento, execução e avaliação das ações relacionadas ao Programa Nacional de Imunização. 8. Vigilância em Saúde. 9. Código de Ética e Lei do Exercício Profissional de Enfermagem.

REFERÊNCIAS:

BARROS, Alba Lúcia Bottura Leite de e cols. Anamnese e exame físico: avaliação diagnóstica de enfermagem, 2ª ed. – Porto Alegre : Artmed, 2010.

BRASIL. Conselho Federal de Enfermagem. Resolução COFEN-311, de 08 de fevereiro de 2007. Aprova a Reformulação do Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem. Disponível em: http://www.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2012/03/resolucao_311_anexo.pdf (acesso em 07/02/2019)

BRASIL. Decreto n. 94.406, de 08 de junho de 1987. Regulamenta a Lei nº 7.498 de 25 de junho de 1986 que dispõe sobre o exercício da enfermagem e dá providências. Disponível em: www.cofen.gov.br/decreto-n-9440687_4173.html (acesso em 07/02/2019)

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Portaria n. 485, de 11 de Novembro de 2005. Nr 32 - Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde. Estabelece as diretrizes básicas para a implementação de medidas de proteção à segurança e à saúde dos trabalhadores dos serviços de saúde, bem como daqueles que exercem atividades de promoção e assistência à saúde em geral. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Seção 1, 16 nov. 2005.

BRASIL. Ministério da Saúde. PORTARIA Nº 204, de 17 de fevereiro de 2016. Define a Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território nacional, nos termos do anexo, e dá outras providências. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2016/prt0204_17_02_2016.html (acesso em 30/01/2019)

BRASIL. _____. Exposição a materiais biológicos. Brasília, 2006. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/exposicao_materiais_biologicos.pdf (acesso em 07/02/2019)

BRASIL. _____. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Manual de gerenciamento de resíduos de serviços de saúde / Ministério da Saúde, Agência Nacional de Vigilância Sanitária. – Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 182 p. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos). Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_gerenciamento_residuos.pdf (acesso em 07/02/2019)

BRASIL. _____. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Resolução RDC n.15, de 15 de março de 2012. Dispõe sobre requisitos de boas práticas para o processamento de produtos para saúde e dá outras providências. Brasília; 2012. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2012/rdc0015_15_03_2012.html (acesso em 07/02/2019)

_____. _____. Secretaria de Atenção à Saúde. Diabetes. Cadernos de Atenção Básica N° 36. Brasília, 2006. Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/caderno_36.pdf (acesso em 30/01/2019)

_____. _____. Secretaria de Atenção à Saúde. Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: hipertensão arterial sistêmica. Cadernos de Atenção Básica N° 37. Brasília, 2013. Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/caderno_37.pdf (acesso em 30/01/2019)

_____. _____. Secretaria de Atenção à Saúde. Atenção ao Pré-Natal de Baixo Risco. Cadernos de Atenção Básica N° 32. Brasília, 2012. Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/caderno_32.pdf (acesso em 30/01/2019)

_____. _____. Secretaria de Atenção à Saúde. Manual Técnico Gestaçã o de Alto Risco. 5ª edição. Brasília, 2012. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_tecnico_gestacao_alto_risco.pdf (acesso em 30/01/2019)

_____. _____. Secretaria de Atenção à Saúde. Atenção à Saúde do Recém-Nascido: guia para os profissionais de saúde. Edição atualizada. Brasília, 2014. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/atencao_saude_recem_nascido_v1.pdf (acesso em 30/01/2019)

_____. _____. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Vigilância em saúde: zoonoses. Cadernos de Atenção Básica nº 22. Brasília, 2009. Disponível em: http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2016/junho/17/caderno-atencao-basica_22.pdf (acesso em 30/01/2019)

_____. _____. Secretaria de Vigilância em Saúde. Guia de Vigilância em Saúde. Volume único. 2ª edição. Brasília, 2017. Disponível em: <http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/PDF/2017/outubro/16/Volume-Unico-2017.pdf> (acesso em 30/01/2019)

_____. _____. Secretaria de Vigilância em Saúde. Manual de Normas e Procedimentos para Vacinação. Brasília, 2014. Disponível em: <http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2014/dezembro/11/Manual-procedimentos-vacinacao-web.pdf> (acesso em 30/01/2019)

_____. _____. Secretaria de Vigilância em Saúde. Brasil. Manual de vigilância epidemiológica de eventos adversos pós-vacinação. 3ª edição. Brasília, 2014. Disponível em: http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2014/dezembro/10/manual-eventos_adversos-pos-vacina--ao-dez14-web.pdf (acesso em 30/01/2019)

_____. _____. HIV/Aids, hepatites e outras DST. Cadernos de Atenção Básica nº 18. Brasília, 2006. Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/cadernos_ab/abcad18.pdf (acesso em 30/01/2019)

_____. _____. Vigilância em Saúde: dengue, esquistossomose, hanseníase, malária, tracoma e tuberculose. Cadernos de Atenção Básica nº 21. Brasília, 2008. Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/cadernos_ab/abcad21.pdf (acesso em 30/01/2019)

DOENGENS, Marilyn E. Diagnóstico de enfermagem: intervenções, prioridade, fundamentos, Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2015, 12ª edição.

Destaques da Atualização das Diretrizes da AHA 2015 para RCP e ACE. AHA 2015 - CPR & ECC Guidelines - American Heart Association. Disponível em: <https://eccguidelines.heart.org/.../2015/.../2015-AHA-Guidelines-Highlights-Portugues...> (acesso em 07/02/2019)

POTTER e PERRY. Fundamentos de Enfermagem 7ª Ed, Rio de Janeiro – Editora: Elsevier Edição 2009.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Secretaria Municipal de Saúde. Calendário de Vacinação da Criança. Disponível em: <http://www.prefeitura.rio/documents/73801/e23fecb6-9d28-4509-ba52-b202b4a07253> (acesso em 30/01/2019)

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Secretaria Municipal de Saúde. Calendário de Vacinação do Adolescente. Disponível em: <http://www.prefeitura.rio/documents/73801/7ecfb545-95dd-4ea5-98cc-c9bee88e2e93> (acesso em 30/01/2019)

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Secretaria Municipal de Saúde. Calendário de Vacinação do Adulto e do Idoso. Disponível em: <http://www.prefeitura.rio/documents/73801/fa9b3583-e422-4d6b-8a55-5275781e2755> (acesso em 30/01/2019)

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Secretaria Municipal de Saúde. Calendário de Vacinação da Gestante. Disponível em: <http://www.prefeitura.rio/documents/73801/235774cd-d7b8-46fe-810b-f8338d9b5b52> (acesso em 30/01/2019)

SANTOS, Iraci dos [et al.]. Enfermagem fundamental: realidade, questões, soluções. São Paulo, Editora Atheneu, 2002. (Série atualização em enfermagem; v.1).

SANTOS, Iraci dos [et al.]. Enfermagem Assistencial no Ambiente Hospitalar: realidade, questões, soluções – São Paulo: Editora Atheneu, 2005. (Série atualização em enfermagem; v.2).

II. TÉCNICO DE ENFERMAGEM

LÍNGUA PORTUGUESA

1. Compreensão e interpretação de texto contemporâneo. 1.1 Gêneros e modos de organização dos textos.
- 1.2 Localização de informações explícitas e implícitas no texto. 1.3 Significado de vocábulos e expressões no

contexto. 2. Ortografia oficial – segundo o atual acordo ortográfico. 2.1 Acentuação gráfica. 2.2 Emprego de letras. 2.3 Emprego do hífen. 3. Formação de palavras. 3.1 Valor semântico de radicais, prefixos e sufixos. 3.2 Neologismos e estrangeirismos. 4. Uso e função das diferentes classes gramaticais. 4.1 Artigos e substantivos. 4.2 Pronomes: emprego e colocação. 4.3 Adjetivos e locuções adjetivas. 4.4 Advérbios e locuções e adverbiais. 4.5. Preposições. 4.6 Conjunções. 5. Emprego dos verbos. 5.1 Flexão verbal. 5.2 Tempos, modos e vozes verbais. 5.3 Locuções verbais, tempos compostos e formas nominais do verbo. 5.2 Correlação entre tempos verbais. 5.3 Concordância verbal. 6. Flexão e concordância nominal. 7. Regência nominal e verbal. 7.1 Crase. 8. Relações de sentido entre orações e segmentos de texto. 8.1 Coesão e coerência textual. 9. Emprego dos sinais de pontuação. 10. Denotação e conotação. 10.1 Uso e valor das figuras de linguagem. 11. Adequação da língua ao contexto de uso. 11.1 Redação oficial. 11.2 Reescrita de frases. 11.3 Variação linguística. 12. Discursos direto e indireto.

REFERÊNCIAS:

AZEREDO, José Carlos. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. 2.ed. São Paulo: Publifolha, 2014. 5 reimp. da 3 ed. de 2010.

BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

CUNHA, Celso e Lindley Cintra, L. F. Nova Gramática do Português Contemporâneo. 7. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2017.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010.

HOUAISS, Antônio e VILAR, Mauro de Salles. Dicionário Houaiss da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Manual de Redação Oficial da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. 2008. Disponível em http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/185333/DLFE-193326.pdf/RH_manual_redacao_oficial_2009.pdf (acesso em 07. Fev. 2019)

LEGISLAÇÃO DO SUS

1. Legislação. 2. Objetivos 3. Diretrizes 4. Participação da Comunidade e Controle Social 5. Atribuições dos três níveis de governo. 6. Ações específicas da Atenção Básica 7. Políticas intersetoriais.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Constituição da República Federativa Brasileira de 1988. Título VIII: Da Ordem Social. Capítulo II: Da Seguridade Social. Seção II – Da Saúde.

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o financiamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde – SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000. Altera os arts. 34, 35, 156, 160, 167 e 198 da Constituição Federal e acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para assegurar os recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde.

BRASIL. PORTARIA Nº 399/GM de 22 de fevereiro de 2006. Divulga o Pacto pela Saúde 2006 – Consolidação do SUS e aprova as Diretrizes Operacionais do Referido Pacto.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. Departamento de Apoio à Descentralização. Diretrizes operacionais dos Pactos pela Vida, em Defesa do SUS e de Gestão.

BRASIL DEC 7.508/2011 Regulamenta a lei Nº8080 para dispor sobre a organização do sistema único de saúde, o planejamento de saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa e dá outras providências.

BRASIL PORTARIA Nº 2.436, de 21 de setembro de 2017 Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

1. Vigilância em Saúde. 2. Código de Ética e Lei do Exercício Profissional de Enfermagem. 3. Segurança e Saúde no Trabalho. 4. Enfermagem na Saúde da Mulher: assistência de enfermagem à mulher na saúde reprodutiva, no ciclo gravídico-puerperal e climatério, nos distúrbios ginecológicos. 5. Enfermagem na Saúde da Criança e do Neonato: ações preventivas, de promoção de assistência à saúde. 6. Programas Nacionais de Saúde: atuação do Técnico de Enfermagem nas práticas de atenção à saúde da mulher, da criança, do adolescente, do homem e do idoso; na prevenção, no controle e tratamento das doenças sexualmente transmissíveis, das doenças transmissíveis, das doenças não transmissíveis e das doenças crônico-degenerativas; atuação do Técnico de Enfermagem na execução das ações relacionadas ao Programa Nacional de Imunização. 7. Fundamentos da Enfermagem.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Conselho Federal de Enfermagem. Resolução COFEN-311, de 08 de fevereiro de 2007. Aprova a Reformulação do Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem. Disponível em: http://www.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2012/03/resolucao_311_anexo.pdf (acesso em 07/02/2019)

BRASIL. Decreto n. 94.406, de 08 de junho de 1987. Regulamenta a Lei nº 7.498 de 25 de junho de 1986 que dispõe sobre o exercício da enfermagem e dá providências. Disponível em: www.cofen.gov.br/decreto-n-9440687_4173.html (acesso em 07/02/2019)

BRASIL. Ministério da Saúde. PORTARIA Nº 204, de 17 de fevereiro de 2016. Define a Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território nacional, nos termos do anexo, e dá outras providências. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2016/prt0204_17_02_2016.html (acesso em 30/01/2019)

BRASIL._____. Exposição a materiais biológicos. Brasília, 2006. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/exposicao_materiais_biologicos.pdf (acesso em 07/02/2019)

_____._____. Secretaria de Vigilância em Saúde. Guia de Vigilância em Saúde. Volume único. 2ª edição. Brasília, 2017. Disponível em: <http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/PDF/2017/outubro/16/Volume-Unico-2017.pdf> (acesso em 30/01/2019)

_____._____.Secretaria de Vigilância em Saúde. Manual de Normas e Procedimentos para Vacinação. Brasília, 2014. Disponível em: <http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2014/dezembro/11/Manual-procedimentos-vacinacao-web.pdf> (acesso em 30/01/2019)

_____._____. Secretaria de Vigilância em Saúde. Brasil. Manual de vigilância epidemiológica de eventos adversos pós-vacinação. 3ª edição. Brasília, 2014. Disponível em: http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2014/dezembro/10/manual-eventos_adversos-pos-vacina--ao-dez14-web.pdf (acesso em 30/01/2019)

_____._____. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem: Cadernos do Aluno: Saúde Coletiva. Apostila 6. FIOCRUZ. Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <https://enfermagemfiec.files.wordpress.com/2012/08/006.pdf> (acesso em 30/01/2019)

_____._____. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem: Cadernos do Aluno: Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente. Apostila 8. FIOCRUZ. Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <https://enfermagemfiec.files.wordpress.com/2012/08/008.pdf> (acesso em 30/01/2019)

_____._____. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem: Cadernos do Aluno: Saúde do Adulto. Apostila 4. FIOCRUZ. Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <https://enfermagemfiec.files.wordpress.com/2012/08/004.pdf> (acesso em 30/01/2019)

FERNANDES, Almesinda Martins de O. e cols. Manual de normas e rotinas hospitalares. Goiânia: AB Editora, 2006.

PIANUCCI, Ana / Saber cuidar: procedimentos básicos em enfermagem – 16ª ed. São Paulo, 2017. (Série Apontamentos), Editora Senac.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Secretaria Municipal de Saúde. Calendário de Vacinação da Criança. Disponível em: <http://www.prefeitura.rio/documents/73801/e23fecb6-9d28-4509-ba52-b202b4a07253> (acesso em 30/01/2019)

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Secretaria Municipal de Saúde. Calendário de Vacinação do Adolescente. Disponível em: <http://www.prefeitura.rio/documents/73801/7ecfb545-95dd-4ea5-98cc-c9bee88e2e93> (acesso em 30/01/2019)

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Secretaria Municipal de Saúde. Calendário de Vacinação do Adulto e do Idoso. Disponível em: <http://www.prefeitura.rio/documents/73801/fa9b3583-e422-4d6b-8a55-5275781e2755> (acesso em 30/01/2019)

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Secretaria Municipal de Saúde. Calendário de Vacinação da Gestante. Disponível em: <http://www.prefeitura.rio/documents/73801/235774cd-d7b8-46fe-810b-f8338d9b5b52> (acesso em 30/01/2019)

III. AUXILIAR DE ENFERMAGEM

LÍNGUA PORTUGUESA

1. Compreensão e interpretação de texto contemporâneo. 1.1 Diferentes modos de organização dos textos: descrição, narração, argumentação e injunção. 1.2 Localização de informações explícitas e implícitas no texto. 1.3 Significado de vocábulos e expressões no contexto. 2. Ortografia oficial – segundo o atual acordo ortográfico. 2.1 Acentuação gráfica. 2.2 Emprego de letras. 2.3 Emprego do hífen. 3. Formação de palavras. 3.1 Valor semântico de radicais, prefixos e sufixos. 3.2 Neologismos e estrangeirismos. 4. Uso e função das diferentes classes gramaticais. 4.1 Artigos e substantivos. 4.2 Pronomes: emprego e colocação. 4.3 Adjetivos e locuções adjetivas. 4.4 Advérbios e locuções e adverbiais. 4.5. Preposições. 4.6 Conjunções. 5. Emprego dos verbos. 5.1 Flexão verbal. 5.2 Tempos, modos e vozes verbais. 5.3 Locuções verbais, tempos compostos e formas nominais do verbo. 5.2 Correlação entre tempos verbais. 5.3 Concordância verbal. 6. Flexão e concordância nominal. 7. Regência nominal e verbal. 7.1 Crase. 8. Relações de sentido entre orações e segmentos de texto. 8.1 Coesão e coerência textual. 9. Emprego dos sinais de pontuação. 10. Denotação e conotação. 10.1 Uso e valor das figuras de linguagem. 11. Adequação da língua ao contexto de uso. 11.1 Reescrita de frases. 11.2 Variação linguística. 12. Discursos direto e indireto.

REFERÊNCIAS:

AZEREDO, José Carlos. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. 2.ed. São Paulo: Publifolha, 2014. 5 reimp. da 3 ed. de 2010.

BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

CUNHA, Celso e Lindley Cintra, L. F. Nova Gramática do Português Contemporâneo. 7. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2017.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010.

HOUAISS, Antônio e VILAR, Mauro de Salles. Dicionário Houaiss da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

LEGISLAÇÃO DO SUS

1. Legislação. 2. Objetivos 3. Diretrizes 4. Participação da Comunidade e Controle Social 5. Atribuições dos três níveis de governo. 6. Políticas intersetoriais.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Constituição da República Federativa Brasileira de 1988. Título VIII: Da Ordem Social. Capítulo II: Da Seguridade Social. Seção II – Da Saúde.

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o financiamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde – SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000. Altera os arts. 34, 35, 156,160, 167 e 198 da Constituição Federal e acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para assegurar os recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde.

BRASIL. PORTARIA Nº 399/GM de 22 de fevereiro de 2006. Divulga o Pacto pela Saúde 2006 – Consolidação do SUS e aprova as Diretrizes Operacionais do Referido Pacto.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. Departamento de Apoio à Descentralização. Diretrizes operacionais dos Pactos pela Vida, em Defesa do SUS e de Gestão.

BRASIL DEC 7.508/2011 Regulamenta a lei nº 8 080 para dispor sobre a organização do sistema único de saúde, o planejamento de saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa e dá outras providências

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

1. Fundamentos de enfermagem. 2.Semiologia e Semiotécnica: anatomia e fisiologia humanas e suas relações com as práticas de enfermagem; atuação do auxiliar de enfermagem nos procedimentos de assistência ao paciente/cliente nas diversas fases do ciclo vital; fundamentação teórica das práticas de enfermagem; registros na assistência de enfermagem. 3. Assistência de enfermagem ao paciente/cliente no atendimento às necessidades de: segurança, conforto, higiene, alimentação, nutrição, sono, repouso, movimentação, eliminações fisiológicas. Preparo e administração de medicamentos e soluções. Medidas para a prevenção e o controle de infecções. 4. Normas e condutas de biossegurança em enfermagem. 5. Ética e legislação em enfermagem - A ética aplicada à enfermagem. Código de ética profissional da enfermagem. Lei do Exercício Profissional da Enfermagem. O direito dos indivíduos à saúde nas diferentes fases do ciclo vital. 6. Enfermagem em saúde coletiva – Vigilância epidemiológica: determinantes do processo saúde-doença; indicadores de saúde; doenças imunopreveníveis. Atuação do auxiliar de enfermagem nos programas especiais de saúde pública: controle de doenças transmissíveis, não transmissíveis e sexualmente transmissíveis; Ações no Programa Nacional de Imunização; conservação de imunobiológicos. Ações de educação em saúde. 7. Enfermagem na saúde da criança – Assistência ambulatorial e hospitalar à criança nas diferentes fases da vida. Prevenção de agravos fisiológicos e sociais. Ações do auxiliar de enfermagem no acompanhamento do processo de crescimento e desenvolvimento da criança, ao recém-nato normal e de alto risco e nas intervenções preventivas e terapêuticas. 8. Enfermagem na saúde da mulher – A saúde ginecológica: medidas de controle e prevenção do câncer de mama e cérvico-uterino; prevenção e controle de DST / Aids. Condutas de enfermagem na assistência ao pré-natal, parto, puerpério e planejamento familiar.

Assistência à mulher nos diferentes agravos à saúde nas diferentes fases da vida feminina. 9. Enfermagem no centro cirúrgico – Atuação do auxiliar de enfermagem no pré-operatório, trans-operatório e pós-operatório; durante os procedimentos cirúrgico-anestésicos; na organização e limpeza da sala cirúrgica. Identificação dos instrumentais básicos e suas finalidades. Materiais e equipamentos básicos das salas de cirurgia e recuperação pós-anestésica. Centro de material e esterilização – Ações do auxiliar de enfermagem no processo de limpeza, seleção, acondicionamento, esterilização e distribuição de materiais; no fluxo do processamento do material esterilizado; no manuseio de equipamentos de preparo e esterilização de materiais; nos métodos de monitorização e acompanhamento do ciclo de esterilização. 10. Enfermagem médico-cirúrgica – Ações do auxiliar de enfermagem na assistência ambulatorial, hospitalar e comunitária aos pacientes com distúrbios do comportamento e dos diversos sistemas orgânicos, nos diversos níveis de complexidade; nas situações de urgência e emergência: choques, parada cardíaco-respiratória, crise convulsiva, hemorragias, crise hipertensiva, traumas e edema agudo de pulmão.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Conselho Federal de Enfermagem. Resolução COFEN-311, de 08 de fevereiro de 2007. Aprova a Reformulação do Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem. Disponível em: http://www.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2012/03/resolucao_311_anexo.pdf (acesso em 07/02/2019)

BRASIL. Decreto n. 94.406, de 08 de junho de 1987. Regulamenta a Lei nº 7.498 de 25 de junho de 1986 que dispõe sobre o exercício da enfermagem e dá providências. Disponível em: www.cofen.gov.br/decreto-n-9440687_4173.html (acesso em 07/02/2019)

BRASIL. Ministério da Saúde. PORTARIA Nº 204, de 17 de fevereiro de 2016. Define a Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território nacional, nos termos do anexo, e dá outras providências. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2016/prt0204_17_02_2016.html (acesso em 30/01/2019)

BRASIL. _____. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Manual de gerenciamento de resíduos de serviços de saúde / Ministério da Saúde, Agência Nacional de Vigilância Sanitária. – Brasília : Ministério da Saúde, 2006.

182 p. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos). Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_gerenciamento_residuos.pdf (acesso em 07/02/2019)

_____._____. Secretaria de Vigilância em Saúde. Guia de Vigilância em Saúde. Volume único. 2ª edição. Brasília, 2017. Disponível em: <http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/PDF/2017/outubro/16/Volume-Unico-2017.pdf> (acesso em 30/01/2019)

_____._____.Secretaria de Vigilância em Saúde. Manual de Normas e Procedimentos para Vacinação. Brasília, 2014. Disponível em: <http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2014/dezembro/11/Manual-procedimentos-vacinacao-web.pdf> (acesso em 30/01/2019)

_____._____. Secretaria de Vigilância em Saúde. Brasil. Manual de vigilância epidemiológica de eventos adversos pós-vacinação. 3ª edição. Brasília, 2014. Disponível em: <http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2014/dezembro/10/manual-eventos-adversos-pos-vacina--ao-dez14-web.pdf> (acesso em 30/01/2019)

_____._____. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem: Cadernos do Aluno: Saúde Coletiva. Apostila 6. FIOCRUZ. Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <https://enfermagemfiec.files.wordpress.com/2012/08/006.pdf> (acesso em 30/01/2019)

_____._____. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem: Cadernos do Aluno: Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente. Apostila 8. FIOCRUZ. Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <https://enfermagemfiec.files.wordpress.com/2012/08/008.pdf> (acesso em 30/01/2019)

_____._____. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem: Cadernos do Aluno: Saúde do Adulto. Apostila 4. FIOCRUZ. Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <https://enfermagemfiec.files.wordpress.com/2012/08/004.pdf> (acesso em 30/01/2019)

_____._____. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem: Cadernos do Aluno: Instrumentalizando a Ação Profissional. Apostila

2. FIOCRUZ. Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <https://enfermagemfiec.files.wordpress.com/2012/08/002.pdf> (acesso em 07/02/2019)

_____._____. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem: Cadernos do Aluno: Fundamentos da Enfermagem. Apostila 3. FIOCRUZ. Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <https://enfermagemfiec.files.wordpress.com/2012/08/002.pdf> (acesso em 07/02/2019)

_____._____. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem: Cadernos do Aluno: Saúde do Adulto. Apostila 5. FIOCRUZ. Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <https://enfermagemfiec.files.wordpress.com/2012/08/002.pdf> (acesso em 07/02/2019)

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Secretaria Municipal de Saúde. Calendário de Vacinação da Criança. Disponível em: <http://www.prefeitura.rio/documents/73801/e23fecb6-9d28-4509-ba52-b202b4a07253> (acesso em 30/01/2019)

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Secretaria Municipal de Saúde. Calendário de Vacinação do Adolescente. Disponível em: <http://www.prefeitura.rio/documents/73801/7ecfb545-95dd-4ea5-98cc-c9bee88e2e93> (acesso em 30/01/2019)

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Secretaria Municipal de Saúde. Calendário de Vacinação do Adulto e do Idoso. Disponível em: <http://www.prefeitura.rio/documents/73801/fa9b3583-e422-4d6b-8a55-5275781e2755> (acesso em 30/01/2019)

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Secretaria Municipal de Saúde. Calendário de Vacinação da Gestante. Disponível em: <http://www.prefeitura.rio/documents/73801/235774cd-d7b8-46fe-810b-f8338d9b5b52> (acesso em 30/01/2019)

Ficam mantidas as normas estabelecidas no Edital CVL/SUBSC nº 20, de 28 de janeiro de 2019.